

As percepções e limitações acerca do conceito de sustentabilidade: um estudo com agricultores familiares

Rebeca Ribeiro Traça¹
Cristiane Maria Tonetto Godoy²
José Ricardo da Rocha Campos³
Paulo Henrique de Oliveira⁴

Submissão: 30/10/2021

Aceitação: 28/01/2022

Resumo

Para alcançarmos a proposta de desenvolvimento sustentável é necessário que a sociedade considere a reformulação dos valores e percepções de forma a orientar as práticas ambientais, sociais e econômicas. Nessa busca por novos valores, também se torna imperativo a inclusão social participativa dos indivíduos, gerando discussões e reflexões acerca da construção da sustentabilidade. Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo compreender qual a percepção dos agricultores familiares do município de Vitorino Paraná, sobre o conceito de sustentabilidade e práticas produtivas sustentáveis, contrapondo as práticas convencionais. Para alcançar o objetivo proposto foram realizadas entrevistas com os agricultores familiares do município. Como resultados, foi observado que a temática sobre a sustentabilidade não é de domínio dos agricultores familiares, pois muitos desconhecem o significado e a existência de práticas mais ecologicamente corretas, reproduzindo assim a agricultura convencional. Contudo, vê-se a necessidade de uma nova abordagem, onde sejam valorizados os saberes locais, indo contra o sistema de desenvolvimento homogêneo para a consolidação de um modelo que seja mais sustentável.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Agricultura Familiar, Agricultura Convencional, Percepção

Perceptions and limitations about the sustainability concept: a study which family farmers

Abstract

In order to achieve the proposal for sustainable development, it is necessary for society to promote the reformulation of values and perceptions, in order to guide environmental, social and economic practices. In this search for new values, the participatory social inclusion of individuals is also imperative, generating discussions and reflections on the construction of sustainability. In this sense, this article aims to understand what the existing perception of family farmers in the municipality of Vitorino, Paraná, is about the concept of sustainability and existing sustainable production practices, in contrast to conventional practices. In order to achieve the proposed objective, twenty interviews were conducted with family farmers in the municipality, not being guided by any statistical model. As found results we can verify that the thematic on sustainability is not the domain of family farmers, as many are unaware of the meaning and existence of cleaner practices, thus reproducing conventional agriculture. However, there is a need for a new approach, where local knowledge is valued, going against the homogeneous development system for the consolidation of a model that is more sustainable.

Keywords: Sustainability, Family Farming, Conventional Agriculture, Perception

¹ Mestrado em Desenvolvimento Regional (UTFPR). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. <http://orcid.org/0000-0003-0331-9749>. Email: rrtraca@gmail.com

² Doutorado em Extensão Rural (UFSM). Bolsista Pós-doc do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (UTFPR). <http://orcid.org/0000-0001-6150-9976> Email: guriaccr@hotmail.com

³ Doutorado em Ciências, área de concentração Solos e Nutrição Mineral de Plantas (ESALQ/USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). <http://orcid.org/0000-0002-5162-3158> Email: jricardo28@gmail.com

⁴ Doutorado em Fitotecnia (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). <http://orcid.org/0000-0002-1339-9108> Email: henrique@utfpr.edu.br

1 Introdução

Um dos maiores desafios da sociedade atual é encontrar caminhos que apontem a saída para a crise socioambiental existente. Crise essa, criada, principalmente, pelo modelo de desenvolvimento vigente, baseado na alta produtividade e com o foco no acúmulo de capital. Sendo assim, especialmente a partir da década de 1970, o modelo de desenvolvimento passou a ser repensado, emergindo um novo horizonte que propõe um desenvolvimento e sociedade sustentáveis.

O desenvolvimento sustentável pode ser compreendido como “aquele desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem às suas próprias” (COMISSÃO MUNDIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, on-line). Assim sendo, ele preconiza além da esfera econômica o desenvolvimento equilibrado com os fatores sociais e ambientais, bem como é de suma importância à participação e mobilização da sociedade para a sustentabilidade.

Dentro deste contexto, teremos a sociedade organizada (historicamente) para corresponder às demandas do paradigma do modelo econômico dominante, baseado na industrialização e urbanização das regiões. Ao pensarmos nas áreas rurais também houve essa organização, fazendo com que suas necessidades fossem alteradas para anseios que só poderiam ser resolvidos, estrategicamente, pela indústria.

As transformações ocorridas no meio rural se deram, principalmente, pelo processo de modernização conhecido como Revolução Verde. Essa modernização agrícola foi pautada nos pacotes tecnológicos, na Assistência Técnica e Extensão Rural, maquinários e na utilização de agroquímicos, isso como justificativa para potencializar a produtividade. Apesar de ser eficiente para o aumento na produção agrícola, a Revolução Verde provocou um efeito dúbio sobre a sociedade gerando desenvolvimento econômico de um lado e do outro desigualdades, pobreza e problemas ambientais. Corroborando:

O elemento basilar da Revolução Verde foi o aumento da produtividade agrícola por meio da substituição dos modos de produção tradicionais por um conjunto homogêneo de práticas tecnológicas. Práticas essas que acabaram por agravar os problemas que até hoje são percebidos no meio rural, como: monocultivos, êxodo rural, endividamento dos agricultores, problemas de saúde e contaminação ambiental pelo uso de agrotóxicos, entre outros. É um processo no qual se intensifica a transferência de renda dos agricultores para o complexo dos capitais agrotransformadores industriais, e mais recentemente, ao próprio capital financeiro. Neste processo o agricultor foi se atrelando de forma dependente aos citados complexos. (GODOY, 2011, p. 21)

No entanto, apesar dos resultados positivos referentes à produtividade, algumas consequências negativas começaram a emergir como: a reprodução de desigualdades na distribuição de rendas e propriedades, provocando o êxodo rural e desemprego tanto nos campos como no meio urbano. Consequentemente, a marginalização nas cidades aumentou, assim como a supressão social e econômica e a desarticulação regional dos processos de desenvolvimento econômico (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

Deste modo, o modelo de agricultura convencional foi alvo de críticas, já que esse modelo de produção acaba contaminando a água e o solo, causa erosão, sedimentação e poluição química, além da redução da biodiversidade, alterações climáticas, entre outros agravantes. Ainda, se não bastasse, nos últimos anos, pesquisas tem demonstrado problemas de saúde causados pelo uso de agroquímicos. É nesse contexto que a proposta de sustentabilidade agrícola surge, propondo, mesmo com restrições ecológicas e pressões socioeconômicas, manter sua produção ao longo do tempo em um agroecossistema (ALTIERI, 1983), tomando como base a conservação do meio ambiente bem como a viabilidade social e econômica (PETERS; STANTON, 1991).

Dentro deste cenário, a agricultura familiar é apontada como o lócus ideal para se desenvolver práticas sustentáveis, pois atinge de forma mais eficaz a potencialidade multifuncional dos recursos que a ocupam. Ressaltando que ela apresenta práticas de produção ecologicamente mais equilibradas favorecendo o desenvolvimento de propostas agroecológicas (CARMO, 1998). Para Veiga (1996), o processo histórico das atividades agropecuárias esteve relacionado com a otimização dos espaços ambientais visando à produtividade (sem o pensamento de conservação e preservação). Entretanto, nos dias atuais têm-se buscado através de ações e políticas públicas o resgate e fortalecimento do papel da agricultura familiar na produção de alimentos, aliados a um menor impacto ambiental, contrapondo a lógica do agronegócio. Assim, a agricultura familiar possui papel fundamental como alternativa para a produção sustentável do setor agropecuário.

No entanto, apesar da potencialidade da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável, existem alguns desafios a serem enfrentados, como por exemplo: conhecimento e informação de práticas produtivas alternativas e ecologicamente corretas; uma assistência técnica e extensão rural preparada para auxiliar nessas alternativas; mudanças de percepções, desmistificando a eficácia dos agroquímicos versus agroecológicos/ecológicos/orgânicos; e outros. Ao vencer esses desafios teremos a potencialidade dos saberes, cultura e a valorização

de uma agricultura comprometida com o ambiental e social, bem como um rumo para o desenvolvimento rural sustentável.

Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo analisar a percepção dos agricultores familiares do município de Vitorino, Paraná, sobre o conceito de sustentabilidade e práticas produtivas sustentáveis existentes. Dessa forma, esperamos contribuir com as discussões sobre o desenvolvimento rural sustentável e os limites existentes para alcançar a sustentabilidade.

2 Aporte metodológico

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2017), o município possuía em 2010, uma população de 6.513 habitantes, tendo como área territorial de 308,218 km². De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, o número de estabelecimentos agropecuários totaliza em 472 propriedades, sendo que 64,62% são agroecossistemas de base familiar e 64,4 % recebem algum tipo de assistência técnica. Para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social/IPARDES (2018), a matriz econômica do município está baseada na agricultura e pecuária familiares e tem como principais culturas: a soja, feijão, seguido do trigo, milho e aveia.

No que se refere ao aporte metodológico a pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, típica das ciências sociais, que é configurada pela compreensão e interpretação da realidade social e das relações que se estabelecem desse universo e os seus significados. Para Gómez, Florez e Jiménez (1996), a pesquisa qualitativa é o retrato vida de um grupo social, pois é possível descrever analiticamente o caráter interpretativo de uma estrutura social ou cultura. A partir dela, podemos construir de forma teórica esquemas que consigam responder o mais fiel possível às percepções, realidade e ações do grupo social estudado.

Dentre os diversos métodos da pesquisa qualitativa a entrevista semiestruturada aproxima o pesquisador e o entrevistado, deixando esse último à vontade para expressar suas opiniões e percepções. Conforme Fujisawa (2000), a entrevista semiestruturada é uma das técnicas que se guia a partir de um roteiro de questões e que permite ao pesquisador realizar mudanças e flexibilizações à medida que as informações vão sendo originadas, enriquecendo a pesquisa com detalhes.

Nesse sentido, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com vinte agricultores familiares do município de Vitorino/PR, com o objetivo de compreender qual a percepção existente dos agricultores familiares do município de Vitorino, Paraná, sobre o conceito de sustentabilidade e práticas produtivas sustentáveis existentes contrapondo as práticas convencionais. As perguntas constantes nas entrevistas estavam relacionadas aos aspectos sociais, econômicos e ambientais das propriedades, cabe salientar que a seleção de entrevistados não foi pautada em nenhum estilo de delineamento estatístico.

A pesquisa foi realizada com agricultores familiares que participaram do Workshop: Manejo do Solo e Qualidade do Leite em Unidades de Agricultura Familiar em Vitorino – Paraná, no mês de novembro de 2019, momento propiciado entre a Prefeitura e os docentes do curso de Agronomia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Pato Branco. A escolha do local de pesquisa se justifica por ser um município de base rural, no qual agricultura familiar apresenta forte papel social e econômico. A análise deste artigo foi baseada nos seguintes questionamentos: Possui assistência técnica? De onde ela vem? Já ouviu falar sobre sustentabilidade, onde? Para você o que seria ser sustentável? Em sua opinião a sua propriedade seria sustentável? Por quê? Quais as práticas que faria para ser sustentável?

Para as análises das respostas foram seguidos e estruturados os seguintes passos: (a) o entendimento da dinâmica das propriedades rurais; (b) o contexto do discurso, analisando os sentidos e significados das respostas dos agricultores; e, (c) a interpretação das percepções pelos pesquisadores e a articulação com outros estudos e pesquisas. Essa metodologia foi pensada para que se pudesse ter o mínimo de indicadores qualitativos e compreensão.

3 As percepções e limitações entorno do conceito sustentabilidade

Para alcançarmos a proposta de desenvolvimento sustentável é necessário que a sociedade concite a reformulação dos valores e percepções, orientando as práticas ambientais, sociais e econômicas mais sustentáveis. Nessa busca por novos valores, também se torna imperativo a inclusão social participativa dos indivíduos, gerando discussões e reflexões acerca da construção da sustentabilidade.

No que se refere à aplicação dos preceitos da sustentabilidade o segmento que provavelmente tem dito os maiores debates e reflexões (compreendido pelas políticas públicas, legislações, ações, projetos e outros) é o setor agropecuário e o papel da agricultura familiar

como promotora da sustentabilidade nas áreas rurais. Segundo Oliveira e Ribeiro (2002), a agricultura familiar se apresenta como alternativa sustentável ao ser menos excludente e ambientalmente mais equilibrado que a modalidade do agronegócio.

Nesse sentido, ao analisarmos os dados obtidos sobre a pergunta de como eles entenderiam o termo sustentabilidade, partimos da hipótese que uma melhor percepção sobre a sustentabilidade estaria vinculada principalmente a dois fatores: a idade (lembrando que o debate sobre o desenvolvimento sustentável tem sua maior incidência a partir do final da década de 1980), ou seja, quanto mais jovem melhor será a percepção e assimilação do conceito; e em relação ao nível de escolaridade, por compreender que o debate da sustentabilidade tem sido fortemente realizado no meio acadêmico. Para a sistematização desses dados optamos partir das definições dadas pelos agricultores sobre o termo sustentabilidade e o conceito.

Assim, determinados parâmetros para cada resposta, sendo: Muito bom, quando o agricultor relacionou o termo sustentabilidade com as dimensões ambiental, social, econômica e a preocupação com a geração atual e futura; Bom, quando relacionou o termo com o autossustento, questão ambiental ou gerações futuras; Regular, comentou sobre o autossustento, sem saber explicar; e Ruim não soube explicar o que percebe ou conhece sobre sustentabilidade. Os dados compilados podem ser visualizados na tabela 1. Cabe salientar, que a análise das respostas não se deu pela interpretação literal do conceito de sustentável, e sim a partir de elementos presentes nas falas e que remeteram a compreensão da sustentabilidade.

Tabela 1 - Parâmetros: idade e escolaridade dos agricultores entrevistados

Agricultor	Idade	Escolaridade	Notas Parâmetros
1	40 anos	Ensino técnico	Bom
2	53 anos	Não respondeu	Bom
3	39 anos	Ensino Médio (Completo)	Regular
4	70 anos	Não respondeu	Ruim
5	65 anos	Ensino Fundamental (7º ano)	Ruim
6	67 anos	Ensino Fundamental (3º ano)	Ruim
7	42 anos	Ensino Fundamental (completo)	Regular
8	40 anos	Ensino Fundamental (completo)	Ruim
9	55 anos	Ensino Médio (Completo)	Ruim
10	62 anos	Ensino Fundamental (4º ano)	Regular
11	25 anos	Superior (Completo)	Muito Bom
12	34 anos	Superior (Completo)	Regular
13	48 anos	Primário	Regular
14	44 anos	Ensino Fundamental (4º ano)	Ruim
15	55 anos	Não respondeu	Ruim

16	60 anos	Ensino Fundamental (4º ano)	Regular
17	78 anos	Ensino Fundamental (4º ano)	Regular
18	Não respondeu	Não respondeu	Regular
19	Não respondeu	Não respondeu	Regular
20	30 anos	Não respondeu	Regular

Fonte: Autores (2020).

Quando separamos os entrevistados teremos as representações das faixas etárias: 20–30 anos com 2 entrevistados; 30-40 anos, 2 entrevistados; 40-50 anos, correspondendo 6 agricultores; 50-60 anos com 3 entrevistados; e acima dos 60 anos com 5 entrevistados, nesse panorama podemos aferir que a maioria dos agricultores possuem idade igual ou maior que 40 anos. Esses dados demonstram consonância com diversos estudos que demonstram o envelhecimento da população rural, visto que os jovens têm preferido a cidade ao campo. Isso acontece por inúmeros fatores, mas o mais impactante sobre a população jovem rural é a ideia de superioridade de qualidade de vida que os centros urbanos podem oferecer, tais como:

melhores empregos, salários, opções de lazer, acesso ao comércio, educação e outros serviços. Nesse sentido Puntel, Paiva e Ramos (2011), relatam a dificuldade que os jovens sentem ao projetar uma vida no rural, uma vez que muitas comunidades foram excluídas das transformações provocadas pela modernização. Processo esse que provocou um distanciamento não só de aspectos relativos à tecnologia de produção agrícola, mas também de serviços que estão relacionados ao bem-estar e relação entre as pessoas bem como outras tecnologias.

Desta forma, mesmo não sendo o foco desse artigo, ressaltamos que a permanência do jovem no rural é um desafio da atualidade e carece de estímulos, apesar de haver políticas públicas (viés produtivo/econômico) para esses agricultores. E ao pensarmos na sustentabilidade, teremos o elemento social e a vida no campo não deve ser pensada somente no elemento econômico, pois somente esse fator não está sendo suficiente para manter os jovens no local.

Continuando a análise dos dados, recorreremos primeiramente o que podemos compreender como conceito de sustentabilidade, por esse se apresentar de forma bem ampla. Segundo Müller (1993), apesar da essência comum, o termo sustentabilidade não possui um consenso conceitual e pode variar conforme o caráter de sua aplicação. No caso da agricultura, é preconizada que a sustentabilidade é a integração de quatro máximas em suas respectivas dimensões: ecologicamente correto, socialmente justo, economicamente viável e

culturalmente aceitável (ALTIERI, 1998). Dentro do pressuposto, adotamos como conceito de sustentabilidade que ela é uma condição para que o agroecossistema se mantenha produzindo através do tempo, conciliando as questões sociais e ecológicas (FERREIRA et al., 2011).

Dessa forma, ainda analisando a Tabela 1, teremos como desempenho: 1 agricultor com a nota “Muito Bom”; 2 Dois agricultores que apresentaram parâmetros “Bom”, respondendo: *“É o que planta e colhe. Autossustento. Conservação do solo, mata, água. Não polui”* e *“Manter a profissão, a comunidade. Conservação do solo, nascentes e microbacias”*; 10 agricultores como “Regular”, como exemplos de respostas: *“Produzir tudo no mesmo local como um ciclo”* *“Tem que produzir a conta de se manter.”* *“Sustentabilidade é aquilo que você produz”* ; e 7 agricultores com o parâmetro “Ruim” pois não souberam responder e ou responderam de forma equivocada como: *“Para ser sustentável a propriedade tem que ser grande para ajudar outras pessoas”*.

Quando cruzamos a idade, escolaridade e a percepção sobre o que seria sustentabilidade, apenas 1 agricultor teve o parâmetro com nota “Muito Bom” (agricultor 11), este é o agricultor mais jovem entrevistado com 25 anos e possui ensino superior completo em técnico agrícola, o que justifica seu conhecimento (atualmente a maioria dos cursos agrários tem em sua grade a preocupação ambiental e produtiva das propriedades). O agricultor respondeu que sustentabilidade pode ser compreendida como: *“[...] seria produzir, ter uma vida boa sem prejudicar o meio ambiente e as próximas gerações futuras”*.

Nesse contexto, poderíamos então afirmar que nossa hipótese estaria correta. Entretanto, ao analisarmos as demais entrevistas encontramos o agricultor 12, que também possui o mesmo nível de escolaridade, superior completo em Administração, e o seu conhecimento sobre o que é sustentabilidade foi o parâmetro “Regular”. A resposta do agricultor foi: *“[...] se sustentar com aquilo que se produz”*, em menção a autoprodução e sem dependência externa.

Ainda, podemos aferir que apesar de haver debates sobre a sustentabilidade nem todos os cursos superiores estão refletindo e preparando seus acadêmicos para repensar alternativas e práticas sustentáveis no dia a dia, partindo da premissa que a sustentabilidade deve ser pensada como transformação no modo de vida e não somente produtiva. De acordo com Macedo, Freitas e Guerra (2013), a educação conjuntamente com a sociedade ocupam um papel de extrema relevância na construção do compromisso e do comportamento sustentável.

E que temas como ética, gestão ambiental e responsabilidade social são conceitos que devem ser desenvolvidos nessas instituições.

Assim, podemos detectar uma falta de padrão na amostra que estabeleça se existe de fato uma influência da idade e da escolaridade na construção da percepção e conhecimento sobre a temática da sustentabilidade, sendo recusada nossa hipótese. Como que é possível haver essas variáveis mesmo os indivíduos tendo idades e nível de formação parecida?

Segundo Luckessi (2003), um indivíduo pode se apropriar de duas maneiras do conhecimento: de forma direta, através da experiência, na qual não é necessário outro meio de informação; e de forma indireta, onde há a necessidade de um mediador entre o educando e o conhecimento, neste caso a apropriação se dá sobre um conhecimento já pronto através de outra pessoa ou meio de informação. Sobre isso, Werneck (2006) explana que o sujeito se apropria de um conhecimento pronto e definido, no entanto, este conhecimento está passível de modificações.

Atentando para o fato de que mesmo os indivíduos possuindo maneiras diferentes de apropriar-se do conhecimento, as informações que são apreendidas não apresentam grandes diferenças quando estes passam pelo mesmo processo de aprendizagem. Um conhecimento que é passado no mesmo momento e da mesma forma para indivíduos diferentes, pode sofrer uma ou outra mudança na apropriação do conhecimento, no entanto as diferenças não são expressivas. Assim, pessoas que participam de uma mesma palestra e estão prestando atenção vão se apropriar do conhecimento de uma forma ou outra semelhantemente.

Corroborando sobre os dados encontrados na nossa pesquisa, o estudo realizado por Almeida, Scatena e Da Luz (2017) sobre o nível de conhecimento sobre sustentabilidade em uma Universidade, concluíram que apenas 3,88% dos entrevistados possuíam ter domínio sobre seu significado e 40% assumiram não ter conhecimento sobre o assunto. Para Palma, Alves e Silva (2013), essa desinformação pode ser justificada porque os temas relacionados ao desenvolvimento sustentável estão muitas vezes inseridos de forma isolada e por iniciativas individuais. Do mesmo modo, a falta de conhecimento sobre a sustentabilidade afeta diretamente a implementação de ações ou até mesmo do próprio desenvolvimento sustentável.

Deste modo, devemos atentar para o fato de que cada pessoa aprende de forma diferente, com suas limitações e tempo que são individuais. Na forma direta de apropriar-se do conhecimento deve ser levado em consideração que cada pessoa tem seu olhar particular

sobre o mundo, existem diversas interpretações para um único fenômeno relativo à percepção de cada um. No caso da apropriação indireta do conhecimento, o que deve ser levado em conta é que nem todos passaram exatamente pelas mesmas escolas, palestras ou utilizaram a mesma fonte de informação. Assim, essa variação existe por, provavelmente, se tratar de processos de aprendizagem diferentes.

Dentro desse pressuposto, a assistência técnica e a extensão rural possuem papel fundamental para esclarecer e propiciar espaços de debates e trocas de experiências no que tange as práticas mais sustentáveis. Dessa forma, questionamos aos agricultores sobre o tipo de assistência técnica e como seria sua participação nesses espaços, conforme apresentado na tabela 2.

Tabela 2. Tipo de assistência técnica e participação

Agricultor	Qualidade da concepção sobre sustentabilidade	Assistência técnica	Participa de pautas, sugestão/opina em reuniões
1	Boa	Cooperativa	Ativamente
2	Boa	Prefeitura Particular e Cooperativa	Passivamente
3	Regular	Particular e de Empresa Privada	Ativamente
4	Ruim	Empresa Privada	Passivamente
5	Ruim	Emater e Cooperativa	Não Participa
6	Ruim	Particular e Prefeitura	Ativamente
7	Regular	Prefeitura, Emater e Cooperativa	Eventualmente
8	Ruim	Prefeitura, Cooperativas e particular	Não Participa
9	Ruim	Emater e Cooperativa	Eventualmente
10	Regular	Cooperativa, Empresa privada	Eventualmente
11	Muito Bom	Cooperativa e Empresa Privada	Passivamente
12	Regular	Prefeitura, Empresa Privada e Emater	Eventualmente
13	Regular	Prefeitura e Emater	Não participa
14	Ruim	Emater e Cooperativa	Eventualmente
15	Ruim	Emater e Cooperativa	Ativamente
16	Regular	Emater e Cooperativa	Não participa
17	Regular	Prefeitura e Emater	Não participa
18	Regular	Prefeitura e Cooperativa	Ativamente
19	Regular	Prefeitura, Emater e Particular	Ativamente

Fonte: Autores (2020).

O primeiro ponto a ser explorado é a questão da qualidade de informação a respeito da sustentabilidade fornecida pelos serviços de assistência técnica aos agricultores, já que todos os entrevistados afirmam receber algum tipo de assistência. Quando analisamos a qualidade da concepção da sustentabilidade podemos notar que 17 entrevistados foram categorizados como “ruim” ou “regular”; e 3 agricultores que receberam notas “boa” ou “muito boa”. Em relação aos agricultores com as boas notas podemos perceber que eles recebem em comum a assistência de Cooperativas, o que poderia nos sugerir que as cooperativas possuem um maior compromisso com a temática da sustentabilidade. Entretanto, oito agricultores que obtiveram “regular” e “ruim” possuem a assistência também de cooperativas, mas esse fato pode ser justificado pelo tipo de participação desses agricultores nesses espaços, pois mesmo que ativa não signifique que esteja percebendo e apreendendo essas questões.

Nesse sentido, podemos concluir o tipo de assistência pode ser de órgãos diferentes (públicos, privados ou de cooperativas), porém a temática do desenvolvimento sustentável ainda é bastante falha, pois não conseguiu transmitir ou transformar a percepção dos agricultores sobre a sustentabilidade e práticas mais limpas. É importante frisar que um dos maiores interessados em promover uma agricultura sustentável seria a assistência técnica pública, contudo, as percepções construídas ainda estão longe do alcance da sustentabilidade, seja dos técnicos ou dos agricultores.

Não é à toa, que quando questionados sobre a propriedade ser sustentável os agricultores responderam de forma afirmativa e atribuíram o termo a apenas o autossustento e a produção da renda. A ideia de sustentabilidade, para grande parte deles, não tem nada a ver com os demais fatores que compõe a premissa, ou seja, continua-se focando apenas na garantia da alta produção e do lucro. Outra questão que podemos levantar seria a participação dos agricultores como opinantes e questionadores, no qual apenas 3 agricultores dizem participar ativamente das pautas de reuniões. No entanto, nós fazemos a seguinte pergunta: será que todos eles estão preparados para debater a temática sustentabilidade? A resposta nesse momento seria não.

Nesse sentido, emerge uma das problemáticas a ser enfrentada pela extensão rural, o de capacitar seus técnicos para a promoção de práticas mais sustentáveis, bem como alavancar

debates e reflexões acerca da sustentabilidade conjuntamente com os agricultores familiares. Já que somente dessa forma podemos modificar as percepções e mitos construídos acerca da agricultura convencional e que muito foi auxiliado pelo extensionista.

Contribuindo, Souza (2015) explica que a extensão rural passou por diversas modificações desde sua gênese, mas o foco principal do seu discurso era de manter as pessoas do meio rural, introduzindo no seu estilo de vida ideias do modelo capitalista, submetendo-os ao paradigma da busca incessante por desenvolvimento e progresso. Esse processo foi fortemente influenciado pela publicidade e teve como aliado o modelo de educação que foi adaptado ao meio rural a fim de promover esses conhecimentos. Entretanto, essa movimentação acabou tirando, de certa forma, a identidade dos agricultores desqualificando seus saberes construídos ao longo do tempo e substituindo-os por informações que contribuíam para o crescimento da indústria. Já que para corresponder às demandas seria necessário que os agricultores consumissem insumos agrícolas, agrotóxicos e diferentes maquinários.

Assim, a cultura de progresso incessante foi instalada no meio rural com uma aparência amigável, como uma desculpa de estar promovendo melhorias na agricultura e qualidade de vida quando, na verdade, o interesse maior era a preocupação com o desenvolvimento do capitalismo o que acabou provocando desigualdades sociais e econômicas (SOUZA, 2015). O problema é que muitas dessas ideias ainda são reproduzidas, seja pelos técnicos educados no modelo convencional, quanto os agricultores que se mantêm nesse processo. Dessa forma, existe a necessidade da extensão rural se reinventar para atender os anseios do desenvolvimento rural sustentável, mas de uma forma mais contundente. De forma resumida, o detentor da informação – lê-se extensionistas e técnicos - estariam no topo de um sistema unidirecional abarcado ainda nos aportes técnicos do modelo de agricultura convencional (portanto, insustentável), onde os agricultores ouvem e aplicam esse modelo.

Nesse contexto, Caporal e Costabeber (2002) apontam a Agroecologia como um caminho a ser seguido para se atingir à sustentabilidade, afirmando que um estilo de agricultura sustentável, não se constrói de uma hora para outra baseada apenas em transferências de tecnologias, mas que consiste numa construção ao longo do tempo. Assim, Agroecologia oferece as bases e estratégias para que um modelo mais sustentável seja alcançado e que a transformação transcenda o teórico, e passe a ser um estilo de vida.

Nesse sentido, ao final das análises dos dados levantados, concluímos que a agricultura familiar pode desempenhar um papel fundamental para o alcance da sustentabilidade. Contudo, é necessário que existam projetos e ações voltadas a disseminação de práticas mais sustentáveis, e que essas sejam efetivas na mudança de percepção em relação ao que a sustentabilidade preconiza.

4 Algumas Considerações

A necessidade da mudança do modelo produtivo atual é real e urgente, sendo necessário e crucial a formulação de projetos, políticas públicas e uma assistência técnica e extensão rural que promovam e incentivem modelos sustentáveis. A temática do desenvolvimento rural sustentável é multidimensional, no entanto, a agricultura convencional está orientada apenas para a dimensão produtiva e econômica.

Ao pensarmos na mudança exigida para alcançarmos a sustentabilidade, é necessária a construção de novas percepções, essas mais holísticas e orientadas aos demais elementos. Em outras palavras, para que a sociedade alcance a sustentabilidade é fundamental o acesso à informação e uma educação voltada para o ambiente e o social, gerando um câmbio na construção dos saberes e uma nova visão do mundo. E nesse contexto, o papel da assistência técnica e extensão são fundamentais, pois cabe a esses espaços promover a troca de experiências e fomentar práticas de agricultura mais sustentáveis.

5 Referências

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1997. p. 33-55.

ALMEIDA, R.; SCATENA, L. M.; DA LUZ, M. S. Percepção ambiental e políticas públicas - dicotomia e desafios no desenvolvimento da cultura de sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 43-64, 2017.

ALTIERI, M. A. **Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture**. Berkeley: The Repro Express, 1983.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. C. **A ATER como instrumento de política do PNDRS**. Versão preliminar. Porto Alegre: Emater-RS, 2002. 8p. [Apresentado à Câmara Técnica de Fortalecimento da Agricultura Familiar].

CARMO, M. S. **A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável**. Agricultura em São Paulo. São Paulo: IEA, vol.45, n.1. 1998, p.1-15.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

FERREIRA, G. B., et al. Sustentabilidade de Agroecossistemas com Barragens Subterrâneas no Semiárido Brasileiro: a percepção dos agricultores na Paraíba. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 6, n. 1, p. 19-36, 2011.

FUJISAWA, D. S.. Utilização de jogos e brincadeiras como recurso no atendimento fisioterapêutico de criança: implicações na formação do fisioterapeuta. 2000. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GÓMEZ, G. R.; FLORES, J. G.; JIMÉNEZ, E. G. Metodología de la investigación cualitativa. Málaga: Ediciones Aljibe, 1996, 378p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <www.ibge.org.br> Acesso em: 06 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>> Acesso em: 12 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/vitorino/panorama>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Perfil avançado do município de Vitorino**. 2017. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=122&btOk=ok. Acesso em: out.2018.

GODOY, C. M. T. **Agricultura Familiar do Município de Santa Rosa/RS, Entre a Produção e a Legislação Ambiental: Limites e Possibilidades**. 2011. 117f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

MACEDO, C. V. P. de; FREITAS, A. A. F. de; GUERRA, D. de S. Uma escala para mensuração da importância percebida pelos docentes sobre a abordagem socioambiental nos cursos de administração de empresas. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 75-97, fev. 2013.

MÜLLER, S. **Desenvolvimento sustentável**. In: WORKSHOP PARA ELABORACAO DO PROJETO INDICADORES DA EMBRAPA MEIO AMBIENTE, 1993. Jaguariuna. Jaguariuna: EMBRAPA-CNPMA, 1993.

OLIVEIRA, E. R.; RIBEIRO, E. M.. Indústria rural, agricultura familiar e desenvolvimento local: o caso da produção de cachaça artesanal em Salinas–Minas Gerais. **Centro**, v. 551, n. 54, p. 14, 2002.

PALMA, L. C.; ALVES, N. B.; SILVA, T. N. da. Educação para a sustentabilidade: a construção de caminhos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 83-118, jun. 2013.

PETERS, G.H.; STANTON, B.F. (Ed.). **Sustainable agricultural development: the role of international cooperation**. Dartmouth: Dartmouth Publishing Company, 1991. 704 p.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, ano 13, n. 27, mai-ago., 2011, p.180-219.

SOUZA, S. B. de. **Extensão Rural e Juventude: A Experiência dos Clubes 4-S em Minas Gerais (1950- 1980)**. 2015. 90f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2015.

TOMMASINO, H.; MARQUEZ, M. G.; GUEDES, E.; PIETRO, M. Extensión Critica: los aporte de Paulo Feire. In: TOMMASINO, H.; HEGEDÜS, P. de. (Org.). **Extensión: reflexiones para a intervención em el médio urbano y rural**. 1 ed. Montevideo: Uuniversidad de La Republica – Facultad de Agronomia, 2006, v.1, p. 121-135.

VEIGA, J. E. da. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996.

WERNECK, V. R. Sobre o processo de construção do conhecimento: o papel do ensino e da pesquisa. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 14, n. 51, p. 173-196, 2006.